

MONTEPIO

ELEIÇÕES EM ALTA TENSÃO

Sónia Peres Pinto
 sonia.pinto@sol.pt

Polémicas em torno do processo eleitoral e idoneidade de Tomás Correia têm estado no centro da campanha. Eleições estão marcadas para dia 7, mas a maioria dos associados já votou por correspondência.

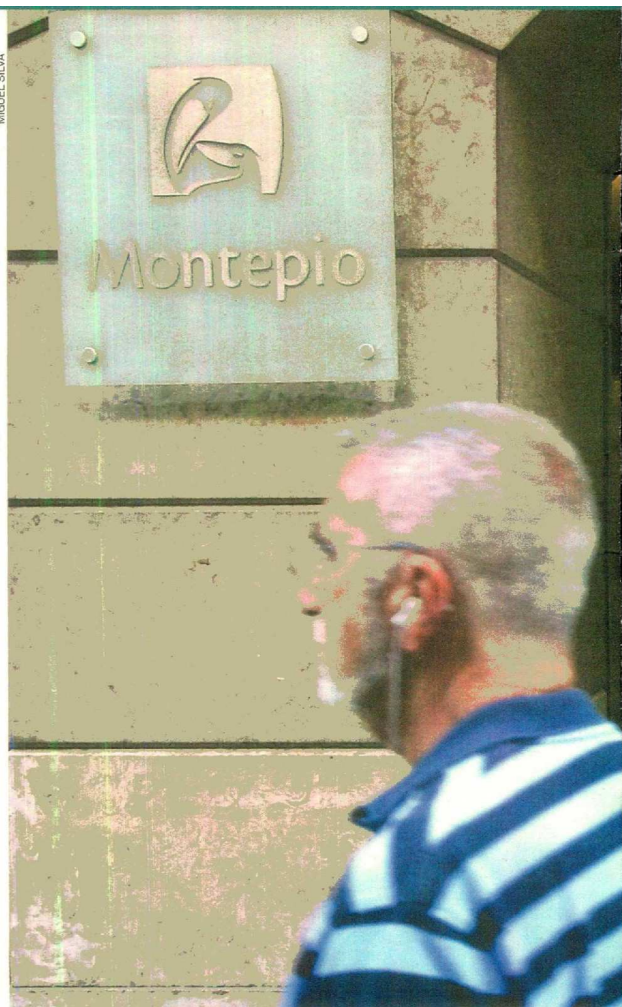
As eleições da Associação Mutualista Montepio (MGAM) já estão em contagem decrescente e, apesar de o ato estar marcado para o próximo dia 7, o SOL sabe que a maioria dos associados já votou, uma vez que o boletim de votos foi enviado por correspondência. Enquanto não se sabe o resultado, o clima de tensão tem vindo aumentar nos últimos dias com as questões em torno da legalidade do ato eleitoral a subirem de tom. Também o próprio Governo se antecipou e publicou o despacho que faz com que a Mutualista passe a ser supervisionada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), apesar de beneficiar de um período transitório de 12 anos devido à sua dimensão.

Ainda esta semana, a lista de Ribeiro Mendes (lista B) pediu uma audiência com caráter de urgência ao ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e entregou uma carta a manifestar a sua preocupação relativamente à condução do processo eleitoral da instituição. A carta, assinada por Ribeiro Mendes, João Proença, João Costa Pinto e João Carvalho das Neves revela «apreensão sobre a legalidade em que decorrem as eleições» e indica um sumário das eventuais irregularidades, suspeições e riscos de fraude no processo eleitoral de 2018.

Esta é a resposta do candidato à notícia avançada na semana passada pelo SOL, que revelava que o ministério de Vieira da Silva não irá supervisionar as eleições da Mutualista. «Não se integra no âmbito do exercício da tutela proceder a qualquer tipo

de monitorização de atos eleitorais das associações mutualistas», revela ao SOL fonte oficial do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, acrescentando ainda que «o processo eleitoral decorre de acordo com as normas previstas nos respetivos estatutos da associação e em conformidade com o código das Associações Mutualistas, que prevê que é da competência do presidente da mesa da assembleia geral convocar a assembleia geral eleitoral, verificar a regularidade das listas concorrentes às eleições e a elegibilidade dos candidatos, dar posse aos titulares dos órgãos associativos, participar às entidades competentes os resultados das eleições e promover e assegurar a realização de todos os atos necessários à realização do ato eleitoral».

Para os signatários desta carta é fundamental que a tutela, através da fiscalização, garanta a «defesa dos interesses dos associados, bem como a defesa dos trabalhadores da instituição que nada têm a ver com a forma como o processo eleitoral está a decorrer», assim como deve verificar «a gestão técnica e financeira das associações, tendo em



MIGUEL SILVA

vista a sua sustentabilidade económica e financeira e a adequação e defesa dos interesses dos associados».

Ribeiro Mendes pede ainda «uma posição firme e uma ação concreta» do Governo com o objetivo de «preservar o MGAM e o seu banco e devolver a esta instituição a sua legalidade e boa gestão, com urgência, a fim de evitar mais uma crise financeira e bancária anunciada no nosso país e mitigar os prejuízos já produzidos para os nossos associados».

Idoneidade centra atenções

Também o problema de idoneidade em torno do atual presidente e também candidato tem estado no centro da campanha. De acordo com a RTP, em agosto de 2018, o Banca IMI de Londres recusou

abrir uma conta à Mutualista para negociar em produtos derivados financeiros, após uma análise a Tomás Correia realizada pela World Check, a empresa de avaliação de idoneidade da Thompson Reuters. Mas o SOL sabe que este problema se deveu ao facto de ter sido eleito presidente da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande e, como tal, estar exposto politicamente.

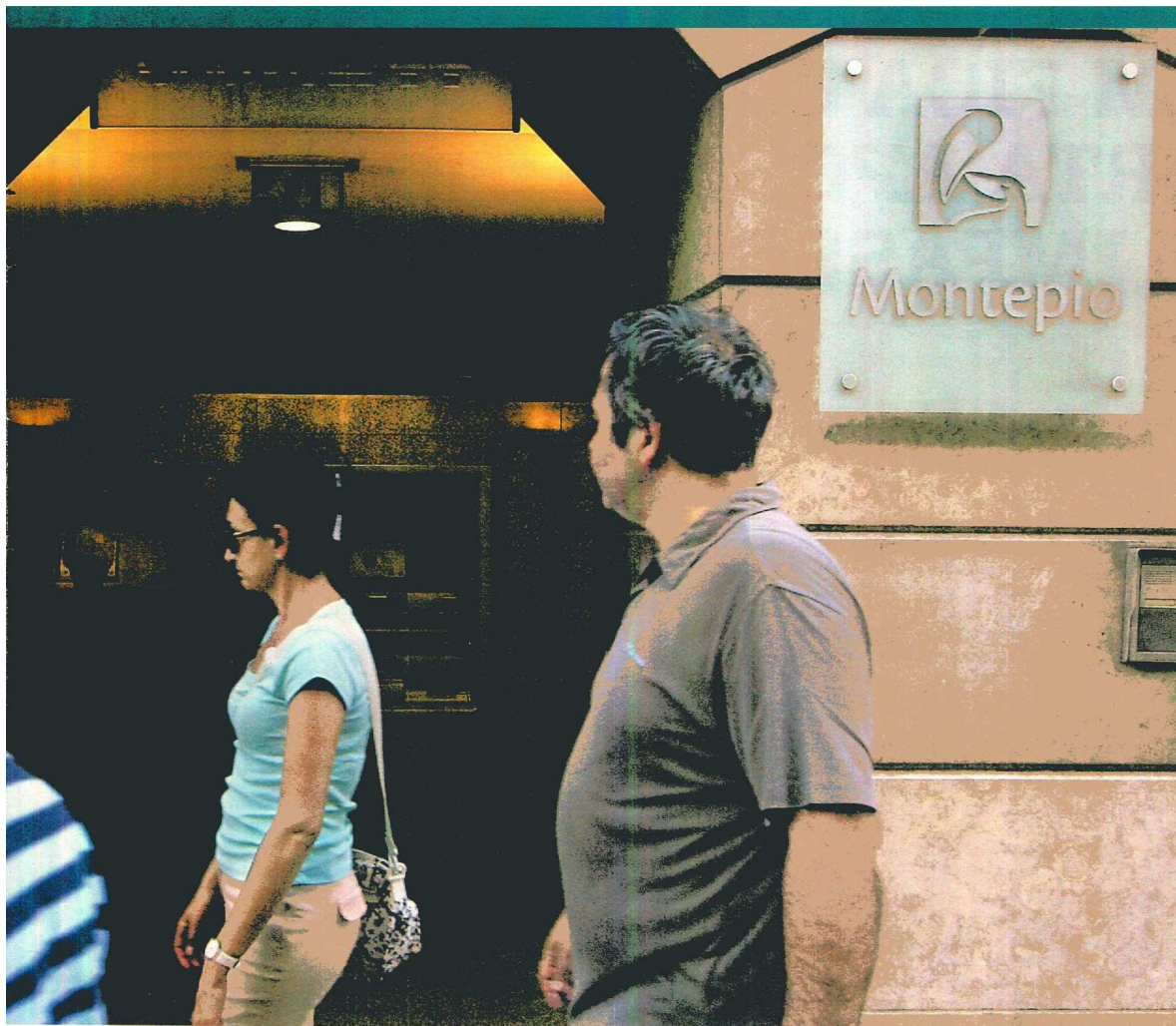
Governo já publicou o despacho para que a Mutualista passe a ser supervisionada pela ASF

SOL

01-12-2018

Periodicidade: Semanal
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 58246

Temática: Economia²
Dimensão: 2196 cm
Imagem: S/Cor
Página (s): 56



Banco lucra 22,4 milhões

A descida das imparidades contribuiu para este aumento de 10,2% do resultado do Montepio.

O banco Montepio lucrou 22,4 milhões de euros nos primeiros nove meses do ano, o que representa um aumento de 10,2% em relação a igual período do ano passado. A margem financeira ascendeu a 189,3 milhões, o que representou uma correção de 6,3% em relação ao valor apurado nos primeiros nove meses do ano passado. Uma melhoria que, segundo a instituição liderada por Carlos Tavares, reflete «a diminuição dos juros associados às carteiras de títulos e de crédito».

As comissões cresceram 3,6% para 86,9 milhões de euros, enquanto os custos operacionais registaram uma redução de 6,8 milhões de euros, «suportada essencialmente na diminuição dos gastos gerais administrativos em 6 milhões de euros (-9,8%)», revelou esta semana em comunicado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Os depósitos de clientes registaram um aumento de 514 milhões de euros (+4,3%), atingindo 12.393 milhões de euros. O custo do risco fixou-se em 0,63% nos primeiros nove meses, o que traduz uma variação favorável face ao rácio registado em 2017 (1,09%). «Nas dotações para imparidades e provisões houve um decréscimo de 60,1 milhões de euros face ao valor contabilizado no período homólogo, principalmente devido à redução das imparidades para crédito. Esta redução foi, todavia, integralmente absorvida pela quebra de 60,8 milhões de euros em resultados de operações financeiras que, em 2017, atingiram 66,7 milhões de euros com a alienação de parte significativa da carteira de dívida pública».

Os rácios Common Equity Tier 1 e Capital Total fixaram-se em 13,4% e 13,5%, respetivamente, acima dos mínimos exigidos.

Ainda o responsável tem vindo a garantir que tem a «certeza absoluta» de que os processos judiciais em curso não o impedirão de cumprir um novo mandato, mas que já levou Ribeiro Mendes a garantir que vai pedir registo prévio dos seus candidatos à autoridade de supervisão e a desafiar as outras listas a mostrarem a mesma disponibilidade.

Mas as polémicas não ficam por aqui. A Associação Mutualista Montepio também prometeu agir «em sede própria e até às últimas consequências» para defender os seus associados e os trabalhadores do grupo. Em causa está a reportagem da TVI que aponta para irregularidades nas eleições da instituição. De acordo com a notícia, o banco está a beneficiar a candidatura de Tomás Correia ao controlar, dentro dos balcões

do Montepio, funcionários que consigam garantir o voto na lista encabeçada por si. «É da competência do conselho de administração do MGAM, enquanto cabeça do grupo Montepio, zelar pelos mais elevados interesses do grupo, protegendo e garantindo o seu bom nome, os interesses dos seus associados e clientes, e dos seus trabalhadores. O conselho de administração do MGAM desencadeará os meios apropriados no sentido de ver reparados os danos causados à boa imagem do grupo e das pessoas que o compõem. E fá-lo-á sem qualquer contemplação, mormente quando se trate da defesa do profissionalismo das pessoas», revela em comunicado interno a que o SOL teve acesso. Também a comissão de trabalhadores da Caixa Econó-

mica Montepio Geral veio manifestar o seu descontentamento em relação à mesma reportagem. «Os trabalhadores do Montepio são profissionais sérios e íntegros, cumpridores das normas e código de conduta a que estão sujeitos. A Comissão de Trabalhadores rejeita a exposição dos trabalhadores do Montepio na comunicação social», diz um outro comunicado a que o SOL teve acesso.

Uma reação não caiu bem aos adversários. Segundo António Godinho, este comunicado «pretende manipular os trabalhadores do universo Montepio de modo a que estes apoiem a Lista A, institucional», considerando que a maioria dos trabalhadores «é completamente alheia a quaisquer tentativas de manipulação do processo eleitoral,

sabendo que muitos resistem estoicamente a pressões fortíssimas para alinharem em processos ilegais e manipulatórios do ato eleitoral».

Também o líder da Lista B criticou o facto de estarem a ser utilizados «mais de seiscentos mil associados do Montepio como 'escudo humano' da atual liderança perante as graves atuações que lhe são imputadas pela comunicação social, o que é inaceitável», lembrando que «as reportagens noticiaram factos que alegadamente levantam a suspeição das autoridades judiciais e de supervisão bancária, como podendo ser da responsabilidade de três candidatos da Lista A ao conselho de administração, praticados em funções de gestão noutras instituições que não a Associação».